



EM FOCO: INTENSA DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO PÓS-2015: um destaque para a situação do Nordeste e do Maranhão

Os dados relativos à estrutura ocupacional brasileira, divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, (primeiro trimestre de 2015 e de 2019) a PNADc/IBGE, evidenciam um agravamento das desigualdades regionais, em contraste com o observado na primeira década do século. Pode-se observar, na **Tabela 1**, que no primeiro trimestre de 2019, em comparação com o mesmo período de 2015, registrou-se no Nordeste um recuo na população ocupada de 6,3%, em contraste com o crescimento na ocupação de 0,3% na média nacional. Já no Estado do Maranhão, a redução na população ocupada, de acordo com os dados da PNADc atingiu 17,2% na mesma base de comparação (primeiro trimestre de 2019 em relação ao primeiro trimestre de 2015). O objetivo deste artigo é avaliar quais as causas desta performance tão mais negativa do mercado de trabalho na Região Nordeste e no Estado do Maranhão, através da desagregação dos dados segundo o *Grupamento de atividades, a Posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal*.

Tabela 1 Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação (mil pessoas, variação absoluta e taxa de crescimento, entre os primeiros trimestres de 2015 e 2019)

Ocupação	1º Tri de 2015			1º Tri de 2019			Var. absoluta			Taxa de cresc. %		
	BR	NE	MA	BR	NE	MA	BR	NE	MA	BR	NE	MA
Pop em idade de trabalhar	162.978	43.547	5.076	170.500	45.455	5.378	7.522	1.908	302	4,6	4,4	5,9
Força de trabalho	99.438	24.748	2.861	105.250	24.752	2.578	5.812	4	-283	5,8	0,0	-9,9
Força de trabalho ampliada ¹	103.923	27.078	3.124	113.419	28.808	3.256	9.496	1.730	132	9,1	6,4	4,2
Taxa de atividade (%) ²	61,0	56,8	56,4	61,7	54,5	47,9	0,7	-2,4	-8,4	1,2	-4,2	-15,0
Força de trabalho - ocupada	91.555	22.387	2.606	91.863	20.975	2.158	308	-1.412	-448	0,3	-6,3	-17,2
Força de trabalho - desocupada	7.883	2.361	255	13.387	3.777	420	5.504	1.416	165	69,8	60,0	64,7
Taxa de desocupação (%) ³	7,9	9,5	8,9	12,7	15,3	16,3	4,8	5,7	7,4	60,4	59,9	82,8
Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas	4.766	2.176	224	6.768	2.749	242	2.002	573	18	42,0	26,3	8,0
Desalentados	1.661	1.099	122	4.843	2.927	561	3.182	1.828	439	191,6	166,3	359,8
Subutilizados ⁴	17.133	6.868	742	28.324	10.582	1.340	11.191	3.714	598	65,3	54,1	80,6
Taxa de Composta de Subutilização (%) ⁵	16,5	25,4	23,8	25,0	36,7	41,2	8,5	11,4	17,4	51,5	44,8	73,3

Fonte: PNADc/IBGE.

1. *Força de Trabalho + Desocupados + Desalentados + disponíveis para iniciar relação de trabalho após um curto espaço de tempo;*
2. *Força de Trabalho/ População em idade de trabalhar;*
3. *Desocupados/ Força de trabalho;*

3 *Desocupados ou na força de trabalho potencial ou subocupado por insuficiência de horas trabalhadas;*

4 *Subutilizados/ Força de Trabalho ampliada.*



Quando se compara o 1º trimestre de 2019 com o 1º trimestre de 2015, houve intenso crescimento na desocupação, tanto no nível nacional quanto na região Nordeste e no Estado do Maranhão. Na **Tabela 1**, pode-se observar que, no plano nacional, enquanto a *Taxa de desocupação* elevou-se em 4,8 pontos percentuais, de 7,9% para 12,7% da força de trabalho, no Nordeste a mesma saltou 5,7 pontos percentuais, de um patamar inicial mais alto, de 9,5% para 15,3%. No Estado do Maranhão, a taxa de desocupação, antes inferior à média regional, saltou 7,4 pontos percentuais, atingindo 16,3% da Força de Trabalho, superior à média regional.

Três fatores se juntaram para produzir no Nordeste e no Maranhão um impacto da recessão maior que na média nacional: 1. A crise fiscal-financeira do Governo Federal, que, por sua vez, deu origem a uma dramática compressão das transferências e dos gastos federais, em suas várias modalidades; 2. A crise hídrica, que se agravou drasticamente nos anos de 2015 e 2016, e produziu uma forte contração na produção agropecuária, com impactos severos na estrutura de ocupação, com destaque para Bahia, Maranhão, Ceará e Paraíba; 3. O esfacelamento do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC no Nordeste, motivado pelo corte de investimentos federais e pela paralização de obras motivadas pelos desdobramentos da operação Lava a Jato sobre os investimentos da Petrobrás e as obras das grandes empresas de construção, que levou ao abandono, por exemplo, do segundo trem da Petrorefinaria Abreu Lima, de outros projetos na primeira e segunda geração da cadeia de derivados de petróleo, assim como do estaleiro naval. Houve também o abandono ou a quase paralização de obras estruturantes como o Projeto de Transposição do Rio São Francisco (que precisa ter completadas suas redes de capilarização para ter o impacto desenhado), assim como da Ferrovia Transnordestina. Some-se a isto o cancelamento, pela Petrobras, dos projetos das duas petrorefinarias, a Premium I, em Bacabeira (Região Metropolitana de São Luís, que chegou a completar as obras de terraplenagem, antes de ser abandonada com grave prejuízo para a região impactada), assim como a Refinaria Premium II, que seria implantada no Estado do Ceará e foi abandonada ainda na fase de detalhamento dos Projetos.

No plano nacional, das 7,5 milhões de pessoas acrescidas à população em idade ativa (acima de 14 anos), entre os primeiros trimestres de 2015 e de 2018, houve a incorporação de 5,8 milhões de pessoas à força de trabalho¹, o que levou a *Taxa de atividade* a um pequeno crescimento, para 61,7%. Importante considerar-se que no período considerado, houve o acréscimo de apenas 308 mil pessoas ao contingente de ocupados, tendo os desocupados se elevado em 5,5 milhões. Houve, além disto, entre os ocupados um intenso processo de precarização das relações de trabalho, que redundou, entre outras consequências, no crescimento do contingente de *Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas* em 2,0 milhões de pessoas, levando a *Taxa composta de subutilização* de 16,5% para 25% da *Força de trabalho ampliada*². Um destaque dentre os subutilizados está no vertiginoso crescimento do contingente de desalentados, que se expandiu no nível nacional em 3,18 milhões de pessoas (+191,6%), uma das principais causas do crescimento do desemprego de longa duração (acima de 1 ano).

Em contraste com o nível nacional, houve, no quadriênio 2015 a 2019, uma expressiva redução na taxa de atividade no Nordeste e no Estado do Maranhão. No Nordeste, enquanto a população em idade ativa

¹ - De acordo com a metodologia da PNADc, a Força de Trabalho constitui o grupamento conhecido anteriormente como População Economicamente Ativa.

² - A taxa composta de subutilização é uma inovação metodológica inserida na PNADc, que reúne os *Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, os desalentados e aqueles que estão disponíveis para trabalhar mas não conseguem empregos por motivos diversos e os compara à Força de trabalho ampliada*.



expandiu-se em 1,9 milhão de pessoas (+4,4%), apenas 4 mil pessoas foram incorporadas à força de trabalho no período, o que levou a uma expressiva redução na taxa de atividade, que caiu de 56,8% para 54,5%. Este resultado decorreu da abrupta redução do contingente de ocupados, ao mesmo tempo em que o número de desalentados crescia em 1,83 milhão de pessoas (+163,3%), pouco mais de 57% do total do crescimento de desalentados em nível nacional, sendo esta a principal razão para a expansão da taxa composta de subutilização da força de trabalho de 25,4% para 36,7%.

No Estado do Maranhão, não obstante um crescimento no período em destaque da população em idade ativa em 302 mil pessoas (+5,9%), a Força de trabalho reduziu-se em 283 mil pessoas (-9,9%), e o número de desalentados expandiu-se em 439 mil pessoas (+359,8%), mais do que triplicando, o que levou a Taxa de Atividade a declinar de 56,4% para 47,9%.

Na **Tabela 2** pode-se avaliar a desagregação dos dados de ocupação segundo os grupamentos de atividades, para os três níveis federativos. No plano nacional, observa-se que no período entre os primeiros trimestres de 2015 e 2019, cerca de 3,6 milhões de ocupações foram fechadas no setor *Primário* (-11,0%) e nos subsetores *Indústria geral* (-11,5%) e indústria da *Construção* (-14,3%). No primeiro trimestre de 2019 tais perdas haviam sido compensadas (ainda que por pequena margem), principalmente nos grupamentos de atividades dos serviços, como *Alojamento e alimentação* (+25,9%), *Administração pública e serviços de saúde e educação* (+7,0%), *Transporte e armazenagem* (+12,0%), além de outros serviços (+17,3%).

Tabela 2 Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a distribuição por setor, subsetor e grupamento de atividades (Mil pessoas, composição setorial e taxa de crescimento)

Grupamento de atividades	Composição setorial			Variação absoluta			Taxa de crescimento		
	BR	NE	MA	BR	NE	MA	BR	NE	MA
Total	91.863	20.975	2.158	308	-1.412	-448	0,3	-6,3	-17,2
% do Total	100,0	100,0	100,0						
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	9,2	13,0	16,0	-1.042	-1.071	-382	-11,0	-28,2	-52,5
Indústria geral	12,7	9,2	5,6	-1.519	-283	-48	-11,5	-12,8	-28,6
Construção	7,1	7,2	8,0	-1.089	-476	-68	-14,3	-23,9	-28,3
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19,1	21,1	23,6	192	-115	-6	1,1	-2,5	-1,2
Transporte, armazenagem e correio	5,2	4,8	4,4	515	95	-1	12,0	10,5	-1,0
Alojamento e alimentação	5,9	6,4	5,5	1.116	270	26	25,9	25,0	28,0
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	11,4	7,9	5,8	156	-104	0	1,5	-5,9	0,0
Administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde humana e serviços sociais	17,4	18,8	20,0	1.052	239	15	7,0	6,5	3,6
Outros serviços	5,3	4,8	4,8	715	87	27	17,3	9,4	35,5
Serviço doméstico	6,7	6,8	6,3	155	-54	-11	2,6	-3,7	-7,5

Fonte: PNADc/IBGE.

Observa-se que o grande diferencial do Nordeste e do Estado do Maranhão em relação ao plano nacional ocorreu pela destruição de ocupações no setor primário, que corresponderam a 28,2% e a 52,5% do contingente existente no 1º trimestre de 2015, e foram responsáveis, respectivamente por 70% da redução de pessoas ocupadas (Nordeste) e 85% (Maranhão). Vê-se, na **Tabela 2**, que a redução do contingente de ocupados no setor primário, no Nordeste, foi superior à queda dos ocupados no plano nacional.



O subsetor da *Construção Civil*, por sua vez, foi afetado fortemente pela contração do crédito imobiliário e pela virtual paralização das obras do Programa Minha Casa Minha Vida, registrando a destruição de 283 mil ocupações no Nordeste (-23,9% do contingente de pessoas ocupados no primeiro trimestre de 2015), enquanto que no Estado do Maranhão, a redução de 68 mil vagas representou a perda de 28,3% das vagas existentes no início do período. Tal como no plano nacional, o grupamento de atividades *Alojamento e Alimentação* teve destaque na criação de ocupações no Nordeste (+25% do contingente inicial) e no Maranhão (+28%), seguido por *Administração pública e serviços de saúde e educação* (+6,5%, no Nordeste e +3,6%, no Nordeste) e pelos Outros Serviços (+9,4% e +35,5%). O fato de a Região Nordeste apresentar estruturas produtivas menos diversificadas e ser proporcionalmente mais afetada do que a média nacional, pela contração de gastos e financiamentos federais, fez com que o grupamento de atividades do *Comércio*, em contraste com o plano nacional, apresentasse ainda redução absoluta no contingente de ocupados, tanto no Nordeste (-2,5%), como no Maranhão (-1,2%).

Quando avaliamos a dinâmica da ocupação segundo a posição e a categoria do emprego no trabalho principal, torna-se mais evidente o processo de intensa desestruturação do mercado de trabalho ocorrido no Brasil no período em destaque. Na **Tabela 3**, pode-se observar que no Plano nacional houve a destruição de 1,83 milhões de ocupações *formais* (-3,4%), em paralelo à abertura de 2,76 milhões de ocupações *informais* (+7,3%). A redução do contingente de *Empregados no setor privado com carteira* (CLT) chegou a 2,32 milhões de pessoas (-6,6%) entre últimos trimestres de 2015 e 2018³, à qual soma-se a perda de 309 mil empregos domésticos com carteira assinada (-8,9%). Neste processo, o emprego público na modalidade Funcionário Público – Militar ou estatutário, não obstante a crise fiscal-financeira do setor público, exerceu um papel contracíclico – ainda que modesto, com a abertura de 125 mil novas vagas (+1,6%).

Tabela 3. Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (Variação absoluta e taxa de crescimento no período)

³ - A abertura das categorias *Empregador* e *Conta-Própria*, *Com e Sem CNPJ*, assim como *Empregados no Setor Público (exclusive militar e funcionário público estatutário) Com e Sem Carteira assinada* é uma inovação que só se tornou disponível a partir da PNADc divulgada no 4º trimestre de 2015. Em função da sazonalidade, optamos por comparar resultados com o 4º trimestre de 2018.



Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Variação Absoluta			Taxa de crescimento %		
	BR	NE	MA	BR	NE	MA
Total	936	-971	-367	1,02	-4,37	-13,93
Formal*	-1.828	-553	-11	-3,4	-5,8	-1,4
Informal**	2.764	-419	-355	7,3	-3,3	-19,0
Empregado	-473	-216	40	-0,8	-1,6	3,0
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	-813	-226	22	-1,8	-2,4	2,8
Com carteira de trabalho	-2.326	-520	-21	-6,6	-8,9	-4,9
Sem carteira de trabalho	1.513	293	43	15,2	8,6	11,9
Trabalhador doméstico	7	-56	-13	0,1	-3,7	-8,3
Com carteira de trabalho	-302	-48	-1	-14,5	-15,6	-5,6
Sem carteira de trabalho	309	-8	-11	7,4	-0,7	-8,0
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário	332	66	31	2,9	2,2	8,2
Com carteira de trabalho	-9	-54	1	-0,7	-19,3	4,8
Sem carteira de trabalho	216	77	13	9,6	9,0	9,1
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	125	43	16	1,6	2,2	7,5
Empregador	584	144	28	14,8	21,6	75,7
Com CNPJ	348	71	11	10,6	14,9	47,8
Sem CNPJ	237	72	17	35,5	37,7	121,4
Conta própria	985	-741	-377	4,3	-10,7	-33,4
Com CNPJ	336	-45	-17	7,7	-6,6	-27,0
Sem CNPJ	648	-696	-360	3,5	-11,2	-33,7
Trabalhador familiar auxiliar	-159	-157	-57	-6,9	-19,4	-40,1

Fonte: PNADc/IBGE.

O expressivo crescimento das categorias *Empregadores* e *Conta-Próprias* no plano nacional, no período entre o último trimestre de 2015 e o último de 2018, constitui-se em um aspecto de destaque da dinâmica ocupacional no Brasil, relacionado não apenas aos impactos da recessão, mas também à mudanças nas relações de trabalho, provavelmente amplificado pela aprovação da Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017). Enquanto na categoria empregadores, 341 mil (+7,7%) das novas ocupações eram formalizadas (“*Com CNPJ*”), 237 mil (+35,5%) classificavam-se na categoria “*Sem CNPJ*”. No que tange aos chamados Conta Próprias, no período assinalado, 648 mil pessoas (+3,5%), a grande maioria, classificavam-se como *Informais* (“*Sem CNPJ*”), ao passo que 336 mil (+7,7%) classificavam-se como *Formais* (“*Com CNPJ*”). Vê-se portanto, em conformidade com um período de forte recessão, expressivo crescimento da desocupação e de avanço na desregulamentação e redução dos direitos trabalhistas, que enquanto cerca de 2,6 milhões de trabalhadores perderam empregos com carteira assinada, cerca de 670 mil ocuparam-se como empregadores ou contas próprias formalizados, enquanto que 1,0 milhão ocuparam-se como empregadores ou conta próprias informais.

Nos casos do Nordeste e do Estado do Maranhão, houve, a exemplo do nível nacional, uma expressiva redução no contingente dos *Ocupados formais*, que se reduziu em 553 mil pessoas (-5,8%) e 11 mil pessoas (-1,4%), respectivamente. Em contraste com o plano nacional, houve também, em ambos os casos, uma forte redução no contingente dos *Ocupados informais*. No Nordeste, registrou-se a redução de 741 mil ocupações do tipo *Conta-própria* (-10,7% do contingente inicial), sendo que 696 mil do tipo “*Sem CNPJ*”, além da destruição 157 mil ocupações do tipo *Trabalhador familiar auxiliar* (-19,4%). Já no Estado do Maranhão, os números são ainda mais impactantes: houve a destruição de 377 mil ocupações do Tipo “*Conta Própria*” (-33,4%), sendo que 360 do tipo “*Sem CNPJ*” (-33,7%), enquanto foram destruídas 57 mil ocupações do tipo *Trabalhador familiar auxiliar* (-40,1%).



Chama a atenção a redução de 19,8% do contingente de *Empregados com carteira assinada* em Pernambuco (-247 mil pessoas), e de 16,7% na Bahia (-306 mil pessoas). O verdadeiro esfacelamento dos investimentos do PAC na indústria de óleo e gás e as agruras enfrentadas pelo subsetor da Indústria da Construção. O ramo automobilístico e outras atividades da indústria de transformação, explicam muito da destruição de ocupações urbanas, também em estados como Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte.

Já a redução do contingente de *Conta-próprias*, fundamentalmente no setor rural, atingiu sobretudo os Estados do Maranhão (-360 mil pessoas) e Bahia (-279 mil), com reflexos também nos Estados de Alagoas (-72 mil), Sergipe (-49 mil) e Piauí (-37 mil). A redução do contingente de ocupados no setor primário, fundamentalmente entre os pequenos agricultores familiares, foi intensificada pela seca de 2015/16, mas relaciona-se também com mudanças demográficas e com o avanço não integrado do agronegócio, especialmente na região do chamado Matopiba (formada pelos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

O mais preocupante, entretanto, é que o desastre ocupacional nordestino ocorre quando se desenrola uma verdadeira “operação desmonte” nos gastos federais na Região, que se iniciou de forma mais intensa nos projetos de infraestrutura e nos financiamentos do BNDES, e vai avançando rumo ao corte das transferências e dos gastos sociais, à medida em que prossegue o processo de enrijecimento do Orçamento e corte das despesas discricionárias, nos termos da PEC 95, a Emenda Constitucional que prevê o congelamento das despesa do Tesouro em termos reais, por 20 anos.

Não é coincidência que se registrou uma explosão da pobreza extrema no Nordeste, que concentra 3 em cada 4 pessoas que não conseguem auferir o ganho monetário necessário para adquirir a ração básica de sobrevivência, o equivalente a US\$ 1,25 por dia (cerca de R\$ 5,89), de acordo com metodologia do PNUD. Estima-se, com base nos trabalhos da PNAD Continua (IBGE) e da LCA consultores, que no biênio 2016/2017 houve um aumento de 2,1 milhões de pessoas no contingente de extremamente pobres no Brasil. Destes, 1,51 milhão (72%) surgiram na Região Nordeste, que concentra não mais que 27% da população brasileira.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Primeiro Trimestre de 2015 a Primeiro Trimestre de 2019.** Rio de Janeiro. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em 26 de junho de 2019.

Prof. Dr. Felipe de Holanda – Professor do Departamento de Economia da UFMA e Pesquisador do GAEPP

Clea Nathany Fonseca dos Santos – Aluna do curso de Ciências Econômicas da UFMA e Bolsista de Iniciação Científica